

APRESENTAÇÃO

Do racismo estrutural às lutas antirracistas: resistências negras no Brasil

From structural racism to anti-racist struggles: black resistance in Brazil

O Número Temático 40 intitulado “Do racismo estrutural às lutas antirracistas: resistências negras no Brasil”, da revista *O Público e o Privado*, nasceu de uma parceria acadêmica, militante, política e afetiva. Somos duas intelectuais negras, pesquisadoras das relações étnico-raciais e militantes do movimento negro brasileiro. Ambas originárias da classe trabalhadora e, inspiradas por bell hooks¹ (2011), fazemos da docência uma arte de ensinar a transgredir. Professoras universitárias, nossas trajetórias são consideradas singulares num país em que a tríade capitalismo, racismo e patriarcado dissemina a ideia de que não pertencemos ao espaço acadêmico. Como exceção, nosso percurso intelectual e político confirma a existência da regra, isto é, escancara o quanto o racismo está arraigado na sociedade brasileira. Dados publicados em 2016 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) revelaram que de um total de 383.683 docentes de instituições de ensino superior, somente 1,34% declararam-se negros/as. No mesmo ano, o Censo da Educação Superior mostrou que as mulheres pretas com doutorado somavam apenas 0,4% do corpo docente na pós-graduação em todo o país.

Lélia Gonzalez (2018), ao analisar o lugar reservado às mulheres negras na sociedade brasileira, observou que estas se encontram nos degraus inferiores

1. bell hooks, pseudônimo de Gloria Watkins, é grafado em letras minúsculas por uma opção política da autora, que prefere colocar em evidência suas ideias.

da sociedade e que só lhes é permitido ocupar os mesmos espaços de brancos/as somente na condição de servi-los/as, confirmando haver uma divisão racial do trabalho, constantemente camuflada sob o mito da democracia racial. Nesta divisão racial do trabalho, a “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, cobradora de ônibus ou prostituta” (GONZALEZ, 2018, p. 202), não poderia exercer a docência e quando consegue romper as barreiras raciais, com frequência é lembrada de que está fora de seu lugar. Uma análise que corrobora com a lógica que bell hooks denominou de “patriarcado capitalista com supremacia branca” (hooks, 1995, p. 468), em que a cultura age para impossibilitar que as mulheres, sobretudo as negras, atuem enquanto intelectuais que exercitam de forma criativa suas mentes. Racismo e sexismo “incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo sem mente” (hooks, 1995, p. 469).

Nós, professora Maria Zelma de Araújo Madeira e professora Renata Gonçalves, organizadoras do Número Temático 40, resistimos (no passado e no presente) às inúmeras violências (de gênero, de raça e de classe) que atravessaram (e atravessam) nossas existências. Nas universidades em que lecionamos não poupamos esforços para impulsionarmos o debate étnico-racial e de gênero nos currículos dos projetos pedagógicos; desenvolvemos e incentivamos estudantes a se engajarem nas pesquisas; mantemos funcionando grupos de estudos com vistas à compreensão do racismo à brasileira. As preocupações teórico-metodológicas e políticas, que ocupam parte central de nossas investigações, permitiram o encontro de ideias (entre nós e com outras/os pesquisadoras/es), de onde emergiram importantes frentes de combate ao racismo. A construção do Número Temático “Do racismo estrutural às lutas antirracistas: resistências negras no Brasil” é um dos resultados desta prazerosa parceria.

O País ainda precisa examinar o seu passado recente para compreender as entranhas do racismo nas práticas sociais. Isto não significa adotar uma concepção individualista e moralista do racismo reduzindo-o a aspectos comportamentais. Ao contrário, concordando com Sílvio Almeida (2019, p. 37), esta perspectiva deixaria de “considerar o fato de que as maiores desgraças produzidas pelo racismo foram feitas sob o abrigo da legalidade com o apoio

moral de líderes políticos, líderes religiosos e dos considerados ‘homens de bem’”. O racismo não pode ser reduzido a um comportamento individual. São as instituições as responsáveis por moldar a vida em sociedade. Neste sentido, “a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (ALMEIDA, 2019, p. 39-40). O que não quer dizer que os sujeitos não possam ser responsabilizados por suas ações discriminatórias, preconceituosas e racistas. Adotar a perspectiva estrutural não significa essencializar o sujeito que pratica o racismo, como nos alerta Dennis de Oliveira (2021, p. 60): “[o] branco é assim mesmo, faz ‘branquice’ e não há o que fazer”. Não se trata de uma “deformação” comportamental, enfatiza o autor. O “racismo é uma ideologia que ‘cimenta’ relações sociais particularmente em um país atravessado historicamente por mais de três séculos de escravidão de africanos abolida de forma conservadora tardiamente” (OLIVEIRA, 2021, p. 62).

Para enfrentar essa ideologia do racismo, é preciso inverter a lógica de seu funcionamento. O autor observa que uma das decisões ideológicas que sustentam o racismo insiste em apagar a história da África e, complementamos, teima em escamotear as lutas e resistências do povo negro no Brasil. Na lógica do racismo, não conhecer a nossa história “é produto de uma decisão ideológica, pois à medida que um sistema social necessita para o seu padrão de acumulação de riquezas construir hierarquias entre seres humanos, determinados temas que contrapõem essa hierarquia estabelecida não são de interesse” (OLIVEIRA, 2021, 64).

A proposta deste número temático caminha nesta perspectiva de inversão da lógica do racismo. Compreendemos que desde o início do trabalho livre aos dias atuais, o Estado brasileiro pretendeu construir uma nação se desencilhando daquela parte considerada gangrenada: a população negra. E não faltaram momentos, ao longo da República, para explicitar que a mão-de-obra negra não era bem-vinda, exceto na ocupação dos postos de trabalho mais precarizados para realizar os serviços indesejados pelos/as trabalhadores/as

brancos/as. Para os homens de *Scientia*, o Brasil para ser uma nação séria, teria de se embranquecer (SCHWARCZ, 1993). Aqui a interpretação do darwinismo social, transformado em modelo racial, serviu perfeitamente como explicação das diferenças e hierarquias. Ancorado nas ideias racistas do pensamento social brasileiro, o Estado lamentava a mistura entre brancos e negros responsável por “envenenar” as gerações futuras (SCHWARCZ, 1993; GÓES, 2019). Tal preocupação, alicerçou a implementação de uma política migratória para atrair trabalhadores europeus brancos com o objetivo de “limpar” a nação.

Embora libertos/as e finalmente aptos/as a venderem livremente sua força de trabalho ao capitalista, a almejada liberdade não garantiu condições para que se integrassem de fato ao proletariado, não puderam sequer compor o exército industrial de reserva, a não ser, como *escória da escória* do operariado em formação (FERNANDES, 2008). Foram imediatamente tratados/as como um perigo à ordem burguesa. Populações inteiras foram empurradas para as longínquas periferias dos centros urbanos, dando surgimento às aglomerações habitacionais, de favelas a palafitas. Mesmo não havendo no país uma política de segregação racial, na prática foi o que ocorreu.

Desde então, foi consolidado e cada vez mais valorizado um modelo branco de cidadão brasileiro. Ao passo que se desvalorizava qualquer associação à negritude e às diversas expressões da cultura negra. Os resultados foram os mais perversos, forçando a população negra a assimilar o modelo europeu branco para sobreviver (MOURA, 1988). Do alisamento dos cabelos à negação da cor da pele, passando pela impossibilidade de acesso à educação, sobretudo o ensino superior, o racismo foi se tornando parte das entranhas das relações sociais no país (NASCIMENTO, 2016).

O Brasil até o início do século XXI nunca reconheceu a existência do racismo. Ao contrário, se espalhou pelo território nacional a ideia de que aqui se vive sob o manto da democracia racial, de que há nestas terras uma harmonia racial. Ideologia que não resiste a uma análise mais aprofundada. Ao longo do processo da formação social brasileira, houve uma série de levantes, insurreições, lutas e organizações negras que resistiram a esta tentativa de aniquilação (MOURA, 2014; MADEIRA, 2017).

Este número temático é a materialização de muitas reflexões teórico-políticas acerca da questão racial no Brasil, que ganhou visibilidade nas últimas décadas, sobretudo a partir da implementação das políticas de ações afirmativas, como resultado das lutas do movimento negro (GOMES, 2017). Nunca se assistiu, como nos últimos anos, a tamanha mudança no cenário social e político brasileiro sobre a inserção dos/as trabalhadores/as negros/as na nossa sociedade. A chegada de estudantes negros/as ao ensino superior parecia mover montanhas. Infelizmente, este processo tem sido bem mais complexo, pois as universidades brasileiras se constituíram e se consolidaram como espaços institucionais reservados à classe dominante branca do país e não vislumbraram a necessidade de reparar esta discrepância. O espaço acadêmico das Instituições de Ensino Superior tratou os/as jovens estudantes negros/as como corpos estranhos àquele ambiente e tentaram (e tentam) lhes impor um código linguístico que exige destreza para acessar e manusear dados de certo saber disciplinar, restando-lhes apenas duas saídas:

ou se metamorfoseiam de brancos após absorverem os códigos exclusivos desse mundo do qual jamais fizeram parte (o que significa abrir mão da sua diferença, da sua biografia, dos seus valores e muito especialmente da lucidez que introjetaram ao ter de lidar diariamente com a discriminação), ou partem para um confronto aberto, denunciando o racismo e as injustiças (o que significa arriscar suas poucas chances de inserção nas redes brancas já estabelecidas, saturadas e marcadas por padrinhos e controladores dos recursos disponíveis) (CARVALHO, 2003, p. 186).

Isto significa que não basta ter acesso ao ensino superior, é preciso ter garantidas as condições materiais e simbólicas para que estes/as estudantes oriundos/as das políticas de ações afirmativas possam permanecer neste ambiente acadêmico. A permanência na Universidade está associada às condições materiais de existência destes/as alunos/as. É preciso ter moradia digna, garantia de refeições diárias etc. para poder se dedicar aos estudos. Da mesma maneira, para enfrentar o racismo incrustado nas instituições educacionais do

país implica adotar políticas de permanência simbólica (SANTOS, 2009), que consistem, por exemplo, em contratar docentes negros/as; inserir nos currículos dos cursos de graduação e de pós-graduação a Lei 10.639, que legisla sobre a introdução do ensino sobre história da África e da cultura afro-brasileira no Brasil etc.

Hoje estamos atravessando um momento em que as políticas de ações afirmativas correm o risco de deixarem de existir, em especial as cotas raciais. O desmantelamento da Educação pública, as investidas nefastas do atual governo contra os cursos de graduação e pós-graduação são agravadas para os/as estudantes negros/as que veem suas bolsas de pesquisas serem contraídas ou simplesmente dizimadas e sofrem com a possibilidade de assistirem ao desaparecimento de uma das políticas mais importantes em termos de reparação histórica e de enfrentamento do racismo no Brasil. Temem que deixem de existir as políticas que permitiram que eles/as fossem, na maioria das vezes, os/as primeiros/as de suas famílias a acessarem a educação superior.

Para além destes ataques às conquistas sociais, constatamos que as condições de vida da maioria dos/as trabalhadores/as negros/as no Brasil, apesar das políticas de ações afirmativas, continuaram péssimas ou mesmo se deterioraram ainda mais nestes tempos pandêmicos. Dados coletados em maio de 2021 “por pesquisadores independentes para mais de 5.500 municípios mostram que 55% dos pacientes negros, hospitalizados com COVID-19 em estado grave, morreram em comparação com 34% dos pacientes brancos” (ARAÚJO; CALDWELL, 2021, p. 19). Trabalhadores/as precarizados/as e indesejados/as, tratados/as como descartáveis, agora alçavam à categoria de prestadores/as de serviços essenciais. Sob a pandemia de COVID-19, uma multidão de jovens trabalhadores/as negros/as percorre “dezenas de quilômetros todos os dias em motos e bicicletas para levar comidas, remédios, bebidas e o que mais estiver ao alcance de um clique de aplicativo de celular” (ZUAZO, 2020, s/p.). Eles/as nunca puderam sair das ruas para continuar carregando, literalmente, nas costas os pequenos confortos a quem tem o privilégio do confinamento. A pandemia escancarou a enorme fratura social, racial e de gênero no país (FALQUET; CISNE; GONÇALVES, 2021).

O País da ideologia da cordialidade considerou “normal” que o trabalho das empregadas domésticas também fosse inserido nos serviços essenciais em tempos de pandemia. Os governadores do Pará e de Pernambuco correram para garantir uma gentileza à cara gente branca e formalizar a inserção do emprego doméstico ou, melhor, da própria empregada doméstica como um serviço essencial. Reflexo direto da ausência de políticas de inserção dos/as trabalhadores/as ex-escravizados/as ao mercado de trabalho no pós-abolição, que empurrou as mulheres negras a voltarem à (ou nunca saírem da) casa-grande.

A relação entre mulheres negras e trabalho doméstico na pandemia do novo coronavírus **é justamente o tema abordado no primeiro artigo**, “Mulheres negras e trabalho doméstico: racismo e desigualdades na pandemia do COVID-19”, que compõe o número temático 40. José Adailton Sousa dos Santos aborda o emprego doméstico como uma herança histórica da escravidão, cujos primeiros registros remontam àquele período. Nos dias de hoje, segundo o autor, a profissão de empregada doméstica é comumente associada às mulheres negras de classes mais pobres, de modo que elas passam a ser vítimas do preconceito racial no interior da profissão, em especial porque o Estado brasileiro fecha os olhos para a violação dos direitos trabalhistas. O autor examina três casos de racismo e de violência estatal no contexto da pandemia. Recorre à interseccionalidade e à contribuição das teóricas do feminismo negro para a análise dos dados, que indicam uma crescente injustiça social direcionada às mulheres negras empregadas domésticas.

Profundas feridas sociais foram escancaradas durante a pandemia da COVID-19. As trabalhadoras domésticas foram expostas ao vírus tanto pelo contato que tiveram com as famílias empregadoras como também pelo deslocamento feito em ônibus lotados de suas casas até seus locais de trabalho. Assim, não é mera coincidência o fato da primeira pessoa a morrer por COVID-19 no Brasil ter sido uma empregada doméstica negra, a dona Cleonice Gonçalves², que foi contagiada pela patroa branca que voltava da Itália (à época era o epicentro da pandemia) e não se preocupou em proteger a trabalhadora. A morte

2. Como Lélia Gonzalez (2020), acreditamos que trabalhadores/as negros/as têm nome e sobrenome, não deixando margem aos apelidos pejorativos que alicerçam o racismo.

da criança negra, Miguel, de cinco anos, que acompanhava sua mãe, a senhora Mirtes Renata Santana, ao emprego porque sua escola estava fechada também não é obra do acaso. A mãe, “trabalhadora doméstica, assim como milhares de outras trabalhadoras, que não foram dispensadas de seus serviços em meio à pandemia do coronavírus para não perderem o emprego ou terem seus salários diminuídos, teve de trabalhar e se expor ao vírus” (PARKS; CACAU, 2021, p. 167); não lhe fora permitido o direito ao isolamento para se dedicar ao filho. Foi obrigada a cuidar dos cachorros, enquanto a impaciente madame deixava o garoto sozinho em elevador que o conduziria ao acidente fatal.

O segundo artigo, intitulado “Movimentos negros no Ceará: um olhar sobre o movimento de mulheres negras do Cariri”, trata da trajetória e consolidação do Movimento Negro cearense, com grande protagonismo das mulheres negras. Ao examinar a atuação e liderança feminina do Grupo de Valorização Negra do Cariri (GRUNEC), Maria Raiane Felix Bezerra e Cícera Nunes apresentam a reconfiguração da identidade negra afro-cearense que foi se moldando com a própria movimentação do movimento. As autoras partem da recuperação da trajetória do movimento negro nacional (suas constantes lutas, resistências e principais conquistas) para a problematização do movimento negro no Ceará que, sobretudo, contestava a forma por meio da qual a imagem do negro foi e é estigmatizada pelo discurso da ausência negra no estado, contribuindo para a consolidação do mito que perpassa e alimenta a inexistência da cultura, da importância e da descendência dos povos africanos.

Em suas pesquisas, as autoras constataam uma forte presença negra feminina na formação e na criação do Movimento negro cearense. Elas foram as principais articuladoras com o Movimento negro nacional como também com o feminismo que se construía no Ceará ligado à Igreja católica. E começaram a perceber que no interior do movimento negro não se discutiam as pautas vinculadas às relações de gênero e, ao mesmo tempo, entenderam que a questão racial não ocupava centralidade alguma no movimento feminista.

Situação muito parecida com a que levou à formação do Movimento Nacional de Mulheres Negras ao final dos anos de 1980, pois elas não se sentiam totalmente representadas nem pelo movimento negro, com protagonismo

negro masculino, nem pelo movimento feminista, cujas pautas priorizavam a ruptura com certo “modelo” feminino ao qual não se identificavam. Sueli Carneiro (2003), a este respeito, observa que o feminismo ficou prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres e, portanto, foi incapaz de “reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica” (CARNEIRO, 2003, p. 118). As outras formas de opressão não foram percebidas pelo feminismo hegemônico e as mulheres negras tiveram suas vozes silenciadas e seus corpos estigmatizados (GONÇALVES, 2018). As especificidades das mulheres negras foram invisibilizadas, uma vez que não podiam (e não podem) ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica do combate ao sexismo. Sem perceberem, se colocaram em movimento. A efervescência das discussões a levaram a questionar o próprio feminismo tradicional. O primeiro grande embate ocorreu durante o IX Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 1987 na cidade de Garanhuns, em Pernambuco.

A imbricação de gênero, raça e classe era a mistura explosiva do evento. Muitas feministas brancas olhavam com desconfiança o perfil periférico, autônomo, suburbano e favelado das mulheres negras. Ao invés de reclamarem, criaram outra metodologia e discordaram da forma infantil como o movimento feminista tratava as mulheres negras. Aos poucos, os sorrisos simpáticos desapareceram e as mulheres negras foram chamadas de agressivas e loucas. Não desistiram, organizaram oficinas nos espaços mais visíveis do evento e reuniram mulheres negras oriundas das cinco regiões do país. As histórias de dor sob a ação do racismo eram muito parecidas (GONÇALVES, 2018, p. 16).

Em diálogo como o Movimento Nacional de Mulheres Negras, o Movimento de Mulheres Negras no Cariri articulou pautas fundamentais de combate ao racismo e de valorização das comunidades tradicionais e quilombolas. Dentre suas inúmeras ações, merece destaque a Marcha Regional de Mulheres Negras contra o racismo e todos os tipos de violências e pelo bem viver, que ocorre desde 2015 no Crato. Para as autoras, o estudo possibilitou

novas formas de se enxergar o Movimento Negro cearense e, em especial, a participação política das mulheres negras que durante muito tempo foram invisibilizadas.

As mulheres negras continuam no centro das reflexões do terceiro artigo, “Minha carne não me define’: a hipersexualização da mulher negra no Brasil”, cujos objetivos consistem em examinar as construções históricas do papel de mulheres negras no Brasil, consideradas como mero objeto sexual, negando a ocupação de outros lugares na sociedade que não aqueles vinculados ao exercício da sexualidade ou do trabalho compulsório. Segundo Nádia Amaro do Carmo e Ozaias da Silva Rodrigues, que assinam a autoria do artigo, as estatísticas apresentam situações que continuam a colocar as mulheres negras na base da pirâmide social. Para Lélia Gonzalez (2018), esta condição de subalternidade remonta à escravidão em que as mulheres negras eram força de trabalho na lavoura ou na casa-grande e tinham seus corpos sistematicamente violentados pela minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravos etc.); tinham de lidar “com as investidas sexuais do senhor branco que, muitas vezes, convidava parentes mais jovens para se iniciarem sexualmente” com elas (GONZALEZ, 2018, p. 39).

Nádia Amaro do Carmo e Ozaias da Silva Rodrigues destacam o papel do movimento de mulheres em geral e, na sequência, a organização de mulheres negras no enfrentamento à hipersexualização do corpo feminino negro e sinalizam outros vieses produzidos pela ciência e pelos movimentos sociais que alicerçam novos olhares sobre as diferentes formas de expressão da vida humana e que buscam romper com estereótipos que subalternizam e objetificam determinados grupos sociais, como tem sido sistematicamente o caso das mulheres negras.

A educação popular quilombola é o tema do quarto artigo: “Cercadão dos Dicetas e a educação popular quilombola: vivências, saberes, experiências e resistência”. Raul da Fonseca Silva Thé e Indra Lucena Arnaud Paiva nos brindam com a pesquisa sobre os processos de educação populares desenvolvidos no Cercadão dos Dicetas, uma Comunidade Remanescente Quilombola situada no município de Caucaia, no estado do Ceará. Os quilombos aparecem

na análise como comunidades alternativas de resistência, como os conceituou Beatriz Nascimento (2018). Por meio de observações diretas, entrevistas e rodas de conversas, os autores captam processos de formulação das aprendizagens, das experiências e dos conhecimentos socialmente partilhados. Para Nascimento, como forma de sobreviver às dores e humilhações, o povo negro organizou frequentes levantes, lutas e organização de quilombos. Estes, aliás, foram mais que territórios de guerra contra o sistema escravocrata. Tratava-se de “uma forma de organização política e social com implicações ideológicas muito fortes na vida do negro no passado e que se projeta no século xx” (NASCIMENTO, 2018, p. 98). A historiadora reconhece que houve fugas, suicídios, abortos, assassinatos de senhores escravocratas como reação ou vingança contra os maus tratos e humilhações. Porém, o que impulsionou efetivamente as comunidades quilombolas foi “a capacidade de criar uma sociedade alternativa, com valores próprios, diferentes dos valores dominantes na sociedade em que os negros foram integrados à força” (NASCIMENTO, 2018, p. 99).

Aqui é a luta pelo direito à educação empreendida pelo povo negro, em especial a educação escolar quilombola, que ganha destaque. Essas experiências autênticas de valorização dos saberes popular e dos modos de vida tradicionais, segundo os autores, possibilitam a construção de uma educação autônoma e consciente do seu valor e, neste movimento, impulsionam as lutas necessárias para a emancipação de populações oprimidas. Neste sentido, a educação popular quilombola é pura resistência à educação bancária, mercantilizada e alheia às experiências dos modos de vida tradicionais, dos quais justamente os povos quilombolas são guardiães.

Em “O perigo negro! A herança racista da polícia moderna no Brasil”, quinto artigo, Fábio Gomes de França apresenta uma pesquisa qualitativa de cunho teórico-bibliográfico sobre o racismo entranhado nas abordagens das Polícias Militares no país. Tratam-se de práticas que remontam ao pós-abolição e às formas como as instituições brasileiras moldaram o estereótipo dos/as trabalhadores/as negros/as, sobretudo os homens negros, como um perigo à ordem burguesa. O racismo, como prática institucionalizada, faz dos/as negros/as “suspeitos/as preferenciais” e alvo predominante da violência racista, configurando o que Abdias Nascimento (2016) chamou de um verdadeiro genocídio.

O Estado brasileiro criou uma polícia forte e uma justiça severa com o objetivo de conter o que considerou “maus instintos”. Com efeito, o ideário de uma suposta superioridade branca, bastante difundido no final do século XIX, forjou e legitimou o tratamento vil que seria destinado à população ex-cativa. Assim, as manifestações da cultura negra (a capoeira, as religiões, as festas etc.) foram demonizadas e transformadas em crimes contra os quais o Código Penal de 1890 se tornou um importante instrumento jurídico.

Em países como o Brasil e os Estados Unidos, as pessoas negras são sistematicamente alvos principais das abordagens policiais. Sofrem com a violência física e com as revistas vexatórias que lhes são impostas exclusivamente por serem “suspeitas”, isto é, por corresponderem ao tipo de “elemento suspeito”, que geralmente é alvo preferencial das abordagens policiais, cuja característica central é o traço negroide, sobretudo a pele preta.

No artigo que encerra o número temático 40, “Saúde da população negra: aspectos interseccionais de raça/cor no serviço de transplante renal”, são abordadas a saúde da população negra e a intersecção de raça/cor no serviço de transplante renal. Brena Miranda da Silva, Luziana Ramalho Ribeiro e Ana Karollyne Queiroz de Lima têm por objetivo investigar como as expressões das desigualdades raciais impactam no processo saúde-doença dos usuários vinculados ao Centro Transplantador do Hospital Universitário Walter Cantídio (Fortaleza-CE). Para o desenvolvimento da investigação, as autoras recorreram à observação simples, à entrevista semiestruturada e à análise documental que lhes permitiram compreender as disparidades existentes no acesso ao serviço de transplantes. Na área da saúde é também a população negra o alvo preferencial do preconceito, da discriminação e do racismo institucional. Como nas demais esferas da sociedade brasileira, no campo da saúde as iniquidades sociais estimulam, segundo as autoras, a violação dos direitos humanos.

O estudo revela que apesar de alguns avanços, sobretudo a partir da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, ainda há muito a se fazer. O racismo mantém a população negra à margem dos direitos mais fundamentais, como o acesso aos serviços de saúde especializados, aos procedimentos pré-operatórios, aos exames de alta complexidade etc. Além de lidarem com o racismo no cotidiano extra-hospitalar, os/as pacientes entrevistados/as

pelas autoras revelam um ambiente bastante marcado pela desigualdade racial no Centro Transplantador do Hospital Universitário Walter Cantídio, onde o valor da brancura e a meritocracia perpetuam relações de poder.

Nos caminhos que trilhamos por meio da elaboração do referido número temático procuramos enfrentar a ideologia do racismo invertendo a lógica que permite sua reprodução. Os diversos temas e as diferentes abordagens teórico-metodológicas da questão racial no Brasil descortinaram não apenas a manutenção da violência do racismo (seja física, material ou simbólica), mas sobretudo apontaram as resistências (de ontem e de hoje) que nos permitirão construir um amanhã em que não haja mais espaço nem para a herança escravista, tampouco para a opressão patriarcal e menos ainda para a exploração capitalista de classe.

*Eles combinaram de nos matar
Mas nós combinamos de não morrer*
Conceição Evaristo

Renata Gonçalves³
Maria Zelma de Araújo Madeira⁴

3. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. É docente da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista; coordenadora do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti (NEHS) e líder do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares: análise da questão racial no Brasil. É coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Unifesp. <https://orcid.org/0000-0002-2470-9095> renon2011@gmail.com

4. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará. Coordenadora Estadual de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade racial do Ceará (desde 2015). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará. Coordenadora do NUAURO - Laboratório de Afro brasilidade, gênero e família da UECE. Líder do Grupo de Pesquisa Relações Étnico-raciais: cultura e sociedade da UECE. <https://orcid.org/0000-0003-2291-4455> zelmadeira@yahoo.com.br

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ARAÚJO, Edna Maria de; CALDWELL, Kia Lilly. Por que a COVID-19 é mais mortal para a população negra? In: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Saúde Coletiva (org.). **População Negra e Covid-19**. Rio de Janeiro: ABRASCO, 2021, p. 8-10.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 17, v.49, p. 117-132, 2003.
- CARVALHO, José Jorge de. Ações afirmativas para negros na pós-graduação, nas bolsas de pesquisa e nos concursos para professores universitários como resposta ao racismo acadêmico. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.
- FALQUET, Jules; CISNE, Mirla; GONÇALVES, Renata. Pandemia global e o “novo” pacto da brancura heteropatriarcal e capitalista. In: NOGUEIRA, Claudia Mazzei; GONÇALVES, Renata; NOZABIELLI, Sônia (orgs.). **Trabalho, movimentos e políticas sociais: diálogos com o Serviço Social**. São Paulo: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021, p. 223-241.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: o legado da “raça branca”**. vol. 1. São Paulo: Globo, 2008.
- GÓES, Weber Lopes. **Racismo e eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Khel**. São Paulo: LiberArs, 2019.
- GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GONÇALVES, Renata. Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 40, p. 9-22, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São

Paulo: Martins Fontes, 2011.

_____. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo. Questão racial e opressão: desigualdades raciais e as resistências plurais na sociedade capitalista. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 21-31, 2017.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições, guerrilhas. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias de destruição. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

OLIVEIRA, Dennis de. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara, 2021.

PARKS, Letícia; CACAU, Carolina. Entrevista com Mirtes Renata Santana. In: PARKS, Letícia; ASSIS, Odete; CACAU, Carolina (orgs.). **Mulheres negras e marxismo**. São Paulo: Edições Iskra, 2021, p. 167-177.

SANTOS, Dyane Brito Reys. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese (Doutorado) em Educação. Universidade Federal da Bahia: Salvador, 2009.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZUAZO, Pedro. As reivindicações dos entregadores de braços cruzados. *Época*, 03. Jul. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/economia/as-reivindicacoes-dos-entregadores-de-bracos-cruzados-24512817>. Acesso em: 18 Nov. 2021.